

# ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE ENGENHEIRO PAULO DE FRONTIN



### SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

- Uma Frontin para todos

Eng. Paulo de Frontin, 22 de julho de 2025.

Oficio GP nº. 083/2025

Ref.: Projeto de Lei nº 049 de 28 de abril de 2025.

Câmara Municipal de Eng<sup>o</sup> Paulo de Frontin

Protocolo nº 3436 de 22/04/25

Livro n° 017

Fls 40 41

Exmo. Sr. Presidente,

Cumprimentando-o, por orientação da Procuradoria Municipal, venho mui respeitosamente apresentar o <u>VETO INTEGRAL</u> ao Projeto de Lei supracitado, conforme razões apresentadas em parecer anexo.

No ensejo, reiteramos os nossos votos de distinta consideração.

Atenciosamente.

JOSÉ EMMANOEL REPRÉSES ARTEMENKO Prefeite Municipal

Ao

Exmo. Sr.

JEFERSON ADRIANO GOMES MOREIRA

Presidente da Câmara Municipal de Eng. Paulo de Frontin

July Spirit





### ESTADO DO RIO DE JANEIRO Prefeitura municipal de engenheiro paulo de frontin



# PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO — Uma Frontin para todos —

PARECER JURÍDICO Nº 174/2025 PGM/EPF/RJ

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. ANÁLISE JURÍDICA. PROJETO DE LEI Nº 049/2025.

#### I – RELATÓRIO

Trata-se da análise jurídica acerca do projeto de lei que dispõe sobre "INSTITUI O PROGRAMA 'DIA DO ESPORTE NA ESCOLA' NO ÂMBITO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENGENHEIRO PAULO DE FRONTIN-RJ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS" de autoria do Poder Legislativo, por intermédio do Vereador Gabriel da Silva Lourenço.

Inicialmente, cumpre ressaltar, que foi encaminhado a esta Procuradoria Geral do Município o Projeto de Lei e a sua Justificativa, com isso a análise será somente sobre esses documentos.

É o breve relato.

### II – DA ANÁLISE JURÍDICA

A disciplina jurídica do processo de elaboração das leis tem matriz essencialmente constitucional, pois residem, no texto da Constituição, e nele somente se legitima se houver dispositivo expresso que preveja (MS. 22.690. rel. Min. Celso de Mello, Plenário, DJ de 07.12.2006). Logo por simetria do processo legislativo federal também no processo legislativo municipal há eivo de ilegalidade quando a matéria de origem legislativa invade competências, cria atribuições específicas ou aumenta a despesa ao Poder Executivo, vale dizer, legisla sobre matérias tipicamente administrativas.

A matéria veiculada neste projeto de lei se adequa aos princípios da Competência Legislativa assegurados ao Municípios e esculpidos no artigo 30, I, da Constituição federal e não conflita com a competência privativa da União Federal (artigo 22 da Constituição Federal) e também não conflita com a Competência Concorrente entre a União, Estados, DF e Municípios (artigo 24 da Constituição Federal), Constituição





# ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE ENGENHEIRO PAULO DE FRONTIN



### PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

= Uma Frontin para todos

Federal em seu art. 30:" Compete aos Municípios – I: legislar sobre assunto de interesse local.

Portanto, os municípios brasileiros, entes federados autônomos nos termos dos artigos 1° ao 18° da Constituição Federal são dotados de capacidade legislativa para disciplinar os assuntos de interesse local de forma privativa ou suplementar, conforme ditam os incisos I e II do art. 30 da Constituição Federal de 1988.

Como se sabe, existem matérias cuja iniciativa de Leis é constitucionalmente reservada ao Chefe do Executivo (art. 61, 1° e seus incisos, da Constituição federal/88).

Conforme, se desprende, do conteúdo da PL, tem por finalidade instituir o "Dia do Esporte na Escola" no âmbito do Município de Engenheiro Paulo de Frontin, com celebração de ao menos uma vez por mês em cada escola municipal, além de estabelecer competências ao Poder Executivo quanto à promoção de eventos e destinação de recursos públicos.

Ademais, a iniciativa parlamentar, à luz do artigo 30, inciso I, da Constituição Federal, c/c o artigo 61 da mesma Carta, encontra respaldo formal na prerrogativa dos vereadores para legislar sobre matérias de interesse local. No entanto, é imprescindível observar os limites materiais dessa competência, notadamente no que se refere à criação de obrigações ao Poder Executivo e à geração de despesas.

Conforme texto expresso no Projeto de Lei, é possível observar indícios de criação de despesa pública e criação de obrigações ao Poder Executivo. Tal conduta viola os princípios da separação dos poderes (art. 2º da CF/88) e da reserva de iniciativa (art. 61, § 1º, II, da CF/88), de observância obrigatória na esfera municipal. In verbis:

"Art. 3° O "Dia do Esporte na Escola" deverá ser realizado ao menos uma vez por mês em cada escola municipal, com a presença da equipe técnica da Secretaria Municipal de Esportes.

Parágrafo único. As atividades realizadas incluirão oficinas, dinâmicas, práticas esportivas, apresentações e demonstrações das modalidades esportivas ofertadas no município."

E ainda,







### ESTADO DO RIO DE JANEIRO Prefeitura municipal de engenheiro paulo de frontin



## PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

- Uma Frontin para todos

"Art. 5º A execução do Programa ficará a cargo da Secretaria Municipal de Esportes, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação.

Art. 6° As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.'

Destarte, embora a instituição de datas comemorativas esteja dentro da competência legislativa municipal, a previsão de execução orçamentária e de atribuições ao Poder Executivo configura vício de iniciativa e cria despesa sem autorização legal específica, violando a Constituição Federal e os princípios da separação dos poderes e da legalidade orçamentária.

### III - CONCLUSÃO

Contudo, à luz dos elementos fáticos e jurídicos circunscritos na presente análise, conclui-se, de natureza meramente opinativa e não vinculante, pelo veto do projeto em questão.

Salvo melhor Juízo.

É o PARECER

Engenheiro Paulo de Frontin, 18 de julho de 2025.

Rodrygo Vidal Gomes Monteiro Procurador Geral do Município

Mat. 40/7280

OAB/RJ 178.588

